



# PAPO EM REDE

## DIÁLOGOS QUE GERAM TRANSFORMAÇÃO

### Migração

Primeira edição do Papo em Rede abordou a situação dos migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil

### Sociopolítica

Amazônia e os desafios sociopolíticos contemporâneos, uma olhar para a realidade nacional e internacional

### Comunicadores

Temática do Sínodo para a Amazônia contextualizada a partir da realidade dos comunicadores amazônicos



Comissão Episcopal para a  
**Amazônia**



**REPAM**  
REDE ECLESIAL PANAMAZÔNICA  
*fonte de vida no coração da Igreja*

# Diálogos que geram transformação



6

## Migração: direitos humanos e solidariedade

“Migração: direitos humanos e solidariedade” foi o tema da primeira edição do Papo em Rede, realizada no dia 15 de outubro de 2018. Na ocasião, tiveram destaque a atuação de entidades eclesiais e não-governamentais na crise humanitária da Venezuela e o testemunho da migrante venezuelana Ana Farfan, que incentivou as entidades a buscarem “soluções mais profundas” diante da realidade apresentada.

18

## Amazônia e os desafios sociopolíticos contemporâneos

“Amazônia e os desafios sociopolíticos contemporâneos” foi o tema da segunda edição do Papo em Rede, realizada no dia 13 de fevereiro de 2019. Na oportunidade, os convidados contribuíram com a discussão do tema com um olhar contemporâneo sobre os principais desafios da região e das populações frente à realidade sociopolítica.



28

Amazônia: novos caminhos  
para a Igreja e para uma  
ecologia integral

A 3ª Edição do Papo em Rede ocorreu no dia 22 de março de 2019. O diferencial dessa apresentação do Papo em Rede foi a presença dos comunicadores e comunicadoras da Amazônia, que inclusive dois deles foram os facilitadores do tema do Sínodo para a Amazônia, com enfoque em suas realidades locais: violência no campo, em Mato Grosso, e desmatamento, no Acre.



---

## EXPEDIENTE

**Rede Eclesial Pan-Amazônica/REPAM-Brasil**

Presidente – Cardeal Cláudio Hummes

Coordenador nacional – Dom Erwin Krautler

Diretora executiva – Ir. Maria Irene Lopes dos Santos

Tesoureiro – Pe. Nereudo Freire Henrique

Analista de Projetos Sociais – Arlete Gomes dos Santos

Coordenadora de articulação: Ir. Fabiana Alves

Assessor de Imprensa – Luiz Lopes Jr

Assistente Administrativa/Financeira – Denyse Saboia Leite de Castro

Projeto Gráfico: Teweka Design – Free Download at Adobe Stock

Redação e diagramação: Luiz Lopes Jr

**Contato**

[www.repam.org.br](http://www.repam.org.br)

[repambrasil@repam.org.br](mailto:repambrasil@repam.org.br)

61 3447 4117

Apoio: Fastenopfer

# Apresentação

O Papo em Rede foi um projeto concebido a partir da proposta de incidência, um dos eixos de ação da comunicação da Rede Eclesial Pan-Amazônica/REPAM-Brasil. É por acreditar que, para uma comunicação realmente transformadora, há que se desenvolver o potencial de articulação e aproximação com outras instituições e redes, que a REPAM buscou promover estas rodas de conversas.

Diálogos, parcerias, encontros, eventos institucionais são necessários para que se possa estabelecer vínculos e contato com diferentes organizações que contribuam para a realização da missão da REPAM.

O objetivo com que se apresentou o Papo em Rede foi de promover espaços de diálogo sobre temas relacionados à Amazônia ou que impactem geralmente na realidade amazônica. Também vislumbramos fortalecer redes de parceiros colaboradores, possibilitar a participação de agentes formadores de opinião e contribuir para a discussão da construção de políticas públicas com foco nos temas abordados, bem como visibilizar situações pouco discutidas sobre a Amazônia e potencializar a incidência da REPAM-Brasil.

Nas três edições do Papo em Rede, pudemos receber instituições parceiras, instituições de interesse da REPAM em firmar parceria, universidades, escolas católicas, imprensa, agentes do poder público e de pastoral e formadores de opinião.

Foram três edições (outubro de 2018 e fevereiro e março de 2019) nas quais foi possível dialogar e promover reflexões sobre migração, mineração, desmatamento, Sínodo para a Amazônia, Povos Indígenas, Violência no Campo, Criminalização de lideranças populares, água, comunicação, modelos de desenvolvimento e grandes projetos.



**REPAM**  
REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA  
*fonte de vida no coração da Igreja*



Comissão Episcopal para a

**Amazônia**

Apoio



**FASTENOPFER**



## “ Migração: direitos humanos e solidariedade ”

“ Migração: direitos humanos e solidariedade ” foi o tema da primeira edição do Papo em Rede, realizada no dia 15 de outubro de 2018. Na ocasião, tiveram destaque a atuação de entidades eclesiais e não-governamentais na crise humanitária da Venezuela e o testemunho da migrante venezuelana Ana Farfan, que incentivou as entidades a buscarem “ soluções mais profundas ” diante da realidade apresentada.

15/10/2018

### Contexto

Ao longo dos últimos meses, a tensão entre moradores de Pacaraima (RR), de 10 mil habitantes, e migrantes venezuelanos cresceu rapidamente. Fugindo da miséria deixada pela crise econômica da Venezuela, cerca de 500 pessoas chegam a cada dia na cidade brasileira que faz fronteira com o país, segundo estimativa da Polícia Federal – segundo dados de outubro de 2018. Pode parecer bastante, especialmente quando se considera a falta de infraestrutura em Pacaraima - uma das cidades mais pobres do país. Mas a realidade é que o Brasil não está entre os principais destinos dos migrantes venezuelanos.

Segundo a Organização Internacional para Migrações (OIM) - Agência das Nações Unidas para Migrações -, o Brasil recebeu apenas 2% dos 2,3 milhões de venezuelanos que deixaram o país fugindo da crise, que piorou significativamente a partir de 2015.

Relatório de julho de 2018 da OIM aponta que pelo menos 50 mil pessoas se fixaram no Brasil vindas da Venezuela até abril de 2018, um aumento de mais de 1.000% em relação a 2015. O número leva em conta pedidos de asilo e residência.



### Expositoras

Débora Castiglione, assistente do projeto da Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Maria Cristina dos Anjos, assessora nacional da Cáritas Brasileira para a área de Migração e Refúgio

Irmã Telma Lage, religiosa das Missionárias de Nossa Senhora das Dores, coordena o Centro de Migrações e Direitos Humanos em Roraima

Irmã Rosita Milesi, diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos

Ana Farfan, migrante venezuelana

# ATUALIDADES DAS MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA

ARTIGO | Márcia Maria Oliveira

De acordo com o Relatório do Departamento das Tendências Globais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas – DESA/ONU, em 2017, atualmente contamos com cerca de 173 milhões de refugiados e deslocados por guerras e conflitos ao redor do mundo. Este quantitativo é maior do que o ocorrido durante a II Guerra Mundial.

De acordo com essa mesma fonte, para cada grupo de 113 pessoas no planeta, 01 é solicitante de refúgio e 04 são migrantes internacionais ou deslocados internos. Isso significa que 12% da população mundial é constituída de migrantes internos e deslocados, Desplazados. Ainda de acordo com a DESA/ONU, cerca de 13% do total de migrantes mundiais são latino-americanos.

A partir da segunda metade de 2010, a Amazônia passou a figurar entre as regiões com maior mobilidade interna e internacional na América Latina. As novas rotas migratórias que circulam no sul da América Latina passando pela Amazônia representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países vizinhos. Representa também a abertura de novas rotas migratórias e “as fronteiras da Amazônia” são vistas pelos migrantes como a entrada para o Brasil e países vizinhos,

especialmente Guiana Francesa e Argentina, pelas portas dos fundos.

Limitados pelas fronteiras políticas, os migrantes tornam-se alvo de ‘agências’ ou grupos nacionais e internacionais especializados na exploração dos migrantes. Ao longo de praticamente todas rotas migratórias, surgiram também na Amazônia, as redes de contrabando de migrantes e do tráfico internacional de pessoas, especialmente de mulheres para fins de exploração sexual comercial.

Nos percursos transfronteiriços e nos destinos migratórios surgiram também grupos especializados na exploração do trabalho dos migrantes, em muitos casos configurando-se claramente a submissão ao trabalho escravo. Desta maneira, as migrações na Amazônia abriram muitos novos debates em torno desta temática que não é nova na região.

O primeiro grande debate é justamente com relação ao papel da Amazônia na conjuntura internacional. Trata-se de uma região transnacional que abrange nove países que têm por referência a maior reserva de floresta tropical do mundo. Além do Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, a República Cooperativa da Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa formam a Pan-Amazônia.

Por suas dimensões transcontinentais e por sua condição transfronteiriça,

a Amazônia representa uma região em si, cobijada por seus recursos naturais, buscada como refúgio ou com região de passagem e interligação para outras regiões, que lhe conferem uma dinâmica migratória muito específica.

O segundo debate surgido a partir das migrações na Amazônia refere-se à ausência de políticas migratórias capazes de abranger as regiões estratégicas no Brasil. A falta de políticas de atendimento e integração dos migrantes à sociedade de acolhida, representa uma violação aos direitos humanos. Nessa perspectiva, a ausência de políticas migratórias, de maneira especial por parte dos estados nacionais, e dos governos locais, abre precedentes para atuação dos grupos especializados na exploração da condição dos migrantes e para o tráfico de pessoas.

Considerado uma das mais perversas formas de violação aos direitos humanos, as rotas do tráfico de pessoas têm aumentado na Amazônia afetando tanto os migrantes que chegam na região quanto aqueles que se vão. Na sua grande maioria são mulheres em situação de migração irregular. Essa realidade alerta para a reflexão apresentada pelo Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM, por ocasião da 29ª Semana Nacional dos Migrantes realizada em 2014 com o tema ‘ Migração e liberdade’ e o lema ‘migrar é direito, tráfico humano é crime’.

Por outro lado, mobiliza a sociedade civil diante da temática migratória. Nos últimos anos, surgiram diversas instituições e organizações não-governamentais, dedicadas ao atendimento aos migrantes em toda a Amazônia com especial destaque para o Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM que desenvolve diversas atividades que vão desde a acolhida emergencial até a orientação para o emprego, aulas de língua portuguesa, momentos festivos, creches para as crianças, dentre muitas outras iniciativas.

O terceiro debate refere-se tema do racismo, da discriminação e da xenofobia elucidados com uma presença mais expressiva dos migrantes nas ruas das cidades. Enquanto por um lado foram sendo observados gestos de acolhida,







de partilha e de fraternidade com relação aos migrantes, simultaneamente cresceram as atitudes anti-migratórias alimentadas por discursos oficiais, de maneira especial de grandes figuras políticas em níveis locais e internacionais.

O quarto debate em torno das migrações na Amazônia elucida os deslocamentos internos que continuam muito intensos em toda região. A circulação permanente de migrantes denuncia problemas sistêmicos comuns a toda Pan-Amazônia. Os deslocados internos são constituídos eminentemente por indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. Em sua grande maioria são deslocados por causa dos conflitos socioambientais gerados nas disputas territoriais e na invasão das terras indígenas e tradicionais por grandes empresas madeireiras, mineradoras e hidroelétricas. As mudanças climáticas e os desastres ambientais também são responsáveis por intensos fluxos migratórios internos na região.

Um exemplo desse tipo de deslocamento na atualidade é o caso do povo Warao da região do rio Orinoco no sul da Venezuela. Em meados de 2016 as grandes empresas de mineração ferro chegaram no Território Warao e iniciaram a extração de ferro e outros minérios resultando na contaminação de todos os afluentes do Orinoco na região da Gram Savana, gerando fome e desespero aos povos indígenas que iniciaram uma intensa diáspora em direção ao Brasil. Fixaram-se nas fronteiras e, dali se espalharam-se por toda Amazônia.

Deslocamentos desse tipo, com características de refúgio ambiental são recorrentes em toda Pan-Amazônia e evidenciam ainda mais a questão das políticas migratórias uma vez que são forçados à migração, mas, não lhes é garantido o direito de não migrar.

**Marcia Oliveira é doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), com pós-doutorado em Sociedade e Fronteiras (UFRR) e assessora da REPAM-Brasil**

*Artigo publicado no site Amazonas Atual, em 8 de novembro de 2017*

Grupo de venezuelanos tenta buscar preparar alimentos  
Foto: Vice Brasil/Felipe Larozza



Débora Castiglione apresenta pesquisa sobre a migração venezuelana  
Foto: Luiz Lopes Jr/REPAM-Brasil



Equipe OIM coletando dados para a DTM em Boa Vista/RR.  
Foto: Amanda Nero/OIM

# REALIDADE DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Débora Castiglione, assistente do projeto da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou dados de duas pesquisas sobre a realidade da migração venezuelana. O material divulgado no início de outubro, cuja investigação foi realizada em Boa Vista e Pacaraima, tem foco nas crianças, visando entender a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas. Foram contabilizadas informações referentes a acesso a serviço e itens básicos, situações de abuso (xenofobia, exploração laboral, entre outros), a questão escolar e alimentação.

Ano de viagem	%
2018	63,13%
2017	31,30%
2016	4,24%
2015	1,06%
2014	0,27%

#### Países de destino

Nas entrevistas realizadas nos bairros, 90% dos entrevistados exprimiram a intenção de permanecer no Brasil; 4% indicou ter como destino final o Peru, e em menor escala outros destinos como Argentina, Chile e Uruguai.

No que diz respeito às entrevistas realizadas nos pontos de trânsito (fronteira e rodoviária), a maioria dos entrevistados indicou o Brasil como seu destino final (77%), Argentina (15%) e, em menor escala, outros países, como Peru, Chile e Uruguai.

Aquelas pessoas que consideraram o Brasil como o destino final responderam que sua intenção é residir em Boa Vista (61%), Manaus (21%), Pacaraima (5%) e outras cidades em menor grau.

#### Documentação

Quanto ao documento usado para cruzar a fronteira, a maioria relatou fazê-lo com carteira de identidade ou apresentando passaporte. Em menor percentagem, alguns relataram também ter utilizado outro tipo de documento ou não ter apresentado documento algum.



#### IV. SITUAÇÃO LABORAL

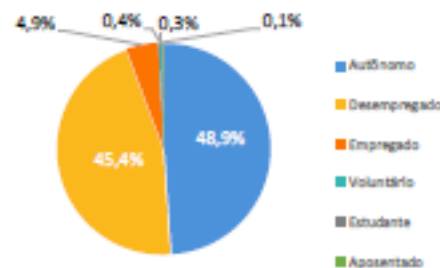
##### Situação laboral antes de iniciar a viagem

35% dos entrevistados estavam desempregados antes do início da viagem, 34% estavam empregados e 23% eram trabalhadores autônomos.

73,3% recebiam menos do que o salário mínimo, 22,3% entre 1 e 2 salários mínimos e somente 4,4% ganhavam mais de 2 salários mínimos.

##### Situação laboral no Brasil

Nos bairros de Boa Vista e Pacaraima quase 50% dos entrevistados indicou trabalhar de forma autônoma, 45% disse ser desempregado e quase 5% empregados.



16,2% dos entrevistados indicaram ter realizado ou desempenhado alguma atividade sem receber o pagamento acordado.

#### V. PROTEÇÃO E SERVIÇOS BÁSICOS

##### Discriminação e/ou abuso

31,5% dos entrevistados indicaram que sabem de casos de discriminação ou abuso desde que chegaram ao Brasil, sendo 17,9% nos bairros de Boa Vista, 5,7% na Rodoviária de Boa Vista, 4,5% nos bairros de Pacaraima e 3,5% em Fronteira Pacaraima.



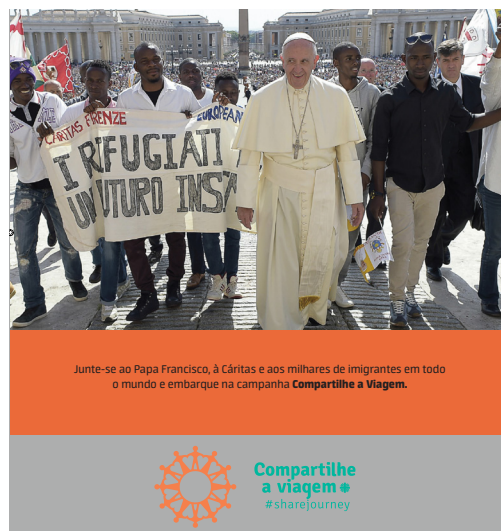
Foto: Luiz Lopes Jr/REPAM-Brasil

## **CAMINHADA DA CÁRITAS NA QUESTÃO MIGRATÓRIA**

Maria Cristina dos Anjos, assessora nacional da Cáritas Brasileira para a área de Migração e Refúgio, falou sobre a caminhada da Cáritas neste campo de trabalho. Recordou a atuação de agentes eclesiais em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 1970, com a realidade da migração.

Mais recentemente, a Cáritas em todo o mundo promove a campanha mundial Compartilhe a Viagem e, em 2018, aqui no Brasil, esteve envolvida em vários eventos ligados ao tema, com destaque ao Seminário Internacional de Migração e Refúgio e ao lançamento da “Caminhada Global Solidária”.

A Cáritas também propôs como iniciativa para acolhida e interiorização dos migrantes venezuelanos a campanha "Eu Migrante", que sensibiliza para o direito das pessoas migrarem e para a assistência às famílias que buscam vida nova no Brasil.



Junte-se ao Papa Francisco, à Cáritas e aos milhares de imigrantes em todo o mundo e embarque na campanha **Compartilhe a Viagem**.



Campanha Mundial da Cáritas - Compartilhe a viagem



Foto: Felipe Larozza/Vice Brasil

Na crise humanitária da Venezuela, a Cáritas teve participação na missão fronteira, promovida pela Comissão de Enfrentamento ao Tráfico Humano da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e articulou a criação da Cáritas Diocesana de Roraima. Outras frentes são a elaboração de programas para atendimento dos venezuelanos e iniciativas nos estados que recebem os migrantes com ações de integração.

# TEMPO DE GRAÇA NA ACOLHIDA DOS VENEZUELANOS

Pela internet, irmã Telma Lage, religiosa das Missionárias de Nossa Senhora das Dores, que coordena o Centro de Migrações e Direitos Humanos em Roraima, revelou que o tempo de trabalhos com os venezuelanos tem sido um “tempo de graça” e que a abordagem positiva a respeito é importante.

Irmã Telma contou da falta de recursos em Roraima para atendimento aos que chegam e apontou que não houve preparação por parte do governo do estado. Também relatou o trabalho que tem sido feito pelo centro de migrações, as dificuldades que enfrentam com preconceitos em relação à assistência necessária que oferecem aos migrantes, que por causa da fome chegaram a perder 20 quilos em média.

Ao lamentar que muitos desejam e até engrandecem a movimentação financeira em Roraima, por conta da busca por produtos básicos por parte dos venezuelanos, irmã Telma apontou a incoerência nesta prática que deseja o lucro, mas rejeita o ônus daquela realidade. A religiosa ressaltou, ainda, a necessidade de uma resposta “humana e solidária” que o Brasil deve dar para a situação dos venezuelanos.



Irmã Telma Lage



Grupo que realizou missão fronteira, em janeiro de 2018, se confraterniza com famílias de migrantes | Foto: Felipe Larozza

# INCIDÊNCIA POLÍTICA

A diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), irmã Rosita Milesi, abordou em sua fala o tratamento, as medidas e as políticas a serem implementadas no atendimento humanitário para migrantes em regiões de chegada, de passagem e de destino para os migrantes. Ela sublinhou que muitos, mesmo em busca de melhores condições, sonham em retornar para sua terra, que para a religiosa, “tem um pouco

de mãe da gente: é de lá que a gente saiu, que a gente partiu”.

A irmã scalabriniana apresentou as ações promovidas pelo instituto, com destaque às várias frentes de trabalho em Pacaraima e Boa Vista, nesta com mais de 5 mil atendimentos. Irmã Rosita também revelou desafios, como a “dificuldade de criar mecanismos de acessos aos direitos dos migrantes”.

# TESTEMUNHO

A migrante venezuelana Ana Farfan compartilhou seu testemunho sobre a situação dos venezuelanos a partir da ótica de quem viveu na pele a dor de deixar sua terra e deixar para trás familiares na fuga da crise que assola o país. “Os venezuelanos pensam que a salvação é chegar a Roraima, mas não é assim”, conta.

**A**traída por uma promessa de emprego em Brasília, Ana chegou esperançosa. Mas o compromisso de acolhida virou uma exigência de que a migrante tivesse carteira de motorista para, além de cuidar da casa, também levar as crianças à escola. Não sendo possível atender ao pedido, disseram que a mandariam de volta ao seu país. Foi aí que Ana encontrou o IMDH, que por meio da irmã Rosita Milesi, a encaminhou para uma família e um emprego.

Ana relatou várias histórias da realidade mais crua que só quem está mais próximo ou do outro lado da fronteira enxerga. São pessoas que ficam sem tratamentos de saúde ou medicação, gestantes que não se alimentam e veem seus recém-nascidos morrerem, crianças que buscam algo para comer nas lixeiras e desfalecem nas calçadas.

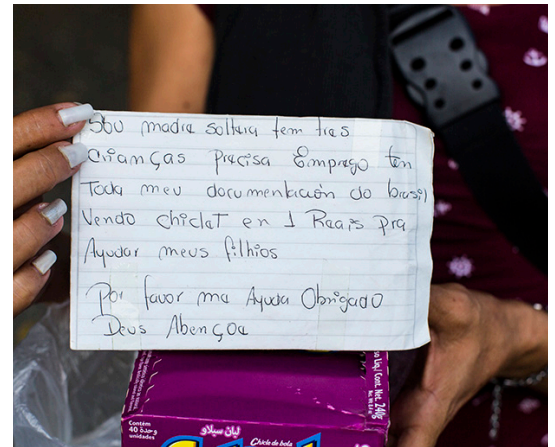
A esperança por uma vida nova também não se concretiza quando se vê a realidade brasileira. “Temos pessoas que estão fazendo um trabalho criminoso em Pacaraima, semeando ódio contra os venezuelanos”, lamenta lembrando que os migrantes buscam uma mão amiga.

Ana ainda sublinhou que ao ver “os meninos da Venezuela” lembra de seus netos e recordou um relatório da Organização Mundial da Saúde que verificou a perda de capacidade intelectual de crianças venezuelanas por falta de alimentação adequada.

Ao fim de sua fala, agradeceu a oportunidade de expor seu testemunho e incentivou a busca de soluções mais profundas diante da crise humanitária de seu povo.







O fotógrafo Felipe Larozza registrou o drama dos venezuelanos que fugiram da situação delicada de seu país e estavam nas cidades de Boa Vista/RR e Pacaraima/RR, no início de 2018. Naquela oportunidade, a Comissão Episcopal Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano da CNBB visitou a diocese de Roraima. A REPAM tem acompanhado e participado das ações de atendimento e acompanhamento ao povo venezuelano.



## “Amazônia e os desafios sociopolíticos contemporâneos”

“Amazônia e os desafios sociopolíticos contemporâneos” foi o tema da segunda edição do Papo em Rede, realizada no dia 13 de fevereiro de 2019. Na oportunidade, os convidados contribuíram com a discussão do tema com um olhar contemporâneo sobre os principais desafios da região e das populações frente à realidade sociopolítica.

13/02/2019

### Contexto

Grandes projetos, demarcação de terras indígenas, modelos de desenvolvimento que colocam em risco as pessoas e toda a biodiversidade, ações de governo que retiram direitos das populações, territórios desrespeitados e desprezados estão entre os principais desafios sociopolíticos contemporâneos vividos na Amazônia.



### Expositores

Felício Pontes Jr, procurador Regional da República;

Moema Miranda, a antropóloga, ex-diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/IBASE e assessora da REPAM-Brasil;

Padre Dário Bossi, missionário Comboniano, membro da Rede de Igrejas e Mineração e assessor da REPAM-Brasil;

Dom Roque Paloschi, arcebispo de Porto Velho/RO e presidente do Conselho Indigenista Missionário

# ECOLOGIA, ECONOMIA E POLÍTICA

ARTIGO | Dom Evaristo Pascoal Spengler  
Bispo da Prelazia de Marajó/PA

Quero iniciar retomando as palavras do Papa Francisco na Laudato Si: *“A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem. E isso exige que se pare para pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência de uma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que tudo está interligado”* (n. 138). É no âmbito deste paradigma em que “tudo está interligado” que vou considerar a relação entre ecologia, economia e política, visto que “a ecologia humana é inseparável da noção de bem comum” (LS, 156).

## 1. A política enredada nas malhas de uma “economia que mata”

“Essa economia mata”, afirma de maneira contundente o Papa Francisco na Evangelii Gaudium n. 53. Trata-se, de uma “economia da exclusão” (n. 53-54) caracterizada pela “nova idolatria do dinheiro” (n. 55-56), criando uma situação em

que o “dinheiro governa em vez de servir” (n. 57-58) e “a desigualdade social gera violência” (n. 59-60).

A economia é aquela atividade humana pela qual interagindo e utilizando racionalmente dos bens e serviços naturais garantimos nossa sobrevivência, abertos à comunidade de vida e às gerações futuras. O drama da economia atual é que o sistema financeiro passou a ocupar todos os espaços. De uma economia de mercado passamos para uma sociedade de mercado. Essa é a grande transformação, das maiores e mais perigosas da história. Passamos de uma sociedade com economia de mercado para uma sociedade dominada pelo mercado. Todas as atuais decisões políticas visam favorecer as demandas do Mercado. Nesse contexto, tudo virou mercadoria, desde os bens naturais, as relações humanas até as coisas mais sagradas da religião. De tudo se pode obter lucro, tudo pode ser levado ao mercado, e no mercado tudo é negociável. Esse tipo de economia, hoje mundializado, transformou



o planeta Terra num grande mercado. Nele tudo está à venda. A Terra vem sendo submetida a uma exploração de todos os seus ecossistemas em função do enriquecimento de alguns e do empobrecimento de bilhões de pessoas. Segundo relato da ONG Oxfam 2019, 26 indivíduos possuem riqueza igual a 3,4 bilhões de pessoas.

Por exemplo, algo pensado no Brasil para preservação ambiental, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), também passou a ser usado para fins comerciais. O chinês Lap Chang cadastrou um CAR sobre uma área de 58 mil hectares, no Marajó, território da minha Prelazia, onde vivem povos tradicionais. Em função disso, vendeu crédito de carbono para uma empresa inglesa, no valor de mais de 200 mil dólares.

Essa economia em que tudo virou mercado produz duas funestas injustiças. Uma social, produzindo incomensurável pobreza e miséria; e outra, uma injustiça ecológica, dizimando os bens e serviços naturais, muitos deles não renováveis. Por esse motivo, tem razão o Papa Francisco quando afirma de maneira precisa: *“Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”* (LS, 139).

De fato, a economia atualmente é dominada pela economia de acumulação desenfreada e pelo mercado financeiro. Organizou-se de tal forma a economia que beneficia os mais ricos em detrimento dos mais pobres. Na esteira da doutrina social da Igreja somos desafiados a buscar uma política de participação de todos e para todos, e também para com a natureza. A ecopolítica tem por escopo organizar a sociedade e a distribuição do poder de forma a implementar estratégias de sustentabilidade para garantir a todos o suficiente e o decente para viver. Isso supõe pensar a política, no sentido dos documentos

sociais da Igreja, como a busca comum do bem comum. Contudo é necessário incluir nesse bem comum não apenas os seres humanos, mas toda a comunidade de vida.

Declarando que “o atual sistema mundial é insustentável” (n. 202), o Papa Francisco, por 35 vezes na *Laudato Si*, conclama para “novos estilos de vida” (n. 163; 194 passim) e novas formas de consumo de sobriedade compartilhada. É necessário e urgente a construção de um paradigma de desenvolvimento alternativo ao atual modelo hegemônico. Trata-se de conversão do atual modelo de desenvolvimento global. O modelo alternativo de desenvolvimento global deverá considerar o meio ambiente como um bem coletivo, a defesa do trabalho e dos povos originários, entre eles os indígenas da Amazônia, o papel dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil.

Sem negar os avanços da tecnociência na melhoria das condições de vida e do bem-estar das pessoas, não podemos nos deixar dominar e ser controlados por ela. A ciência, a tecnologia, assim como a economia, deve estar a serviço da vida, e não impor o ritmo à vida.

## **2. Ecologia, economia e política na região amazônica brasileira**

Desde o período da invasão dos ibéricos a região amazônica se encontra à mercê de políticas coloniais. Entre os séculos XVI-XIX, o colonialismo extrativista teve fortes incidências sobre povos autóctones e bens naturais mediante uma injusta expropriação. E nos séculos posteriores, com os Estados modernos, práticas e mentalidades colonialistas continuam mediante a exploração de populações, culturas e territórios dessa imensa região. Há séculos, distintas formas de exploração da Amazônia vêm sendo produzidas e, para a fatalidade das suas populações, todas elas com interesses colonizadores que se manifestam mediante dois expedientes: exploração de sua população e redução da região a mera reserva

de “recursos” naturais, como território a ser conquistado, explorado e comercializado para a obtenção de lucros.

A Amazônia já resistiu a grandes projetos, de monocultivos e de ocupação. Falando do Brasil, em 1926 Henry Ford comprou 3 milhões de hectares de terra ao longo do rio Tapajós, contratou mais de 3.000 operários, derrubou a mata e plantou 70 milhões de mudas de seringueira para extrair borracha. Um fungo invisível, com enorme capacidade de multiplicação fez fracassar o projeto. O monocultivo, mesmo sendo de uma espécie amazônica, foi rejeitado pela floresta. Em 1967 Daniel Keith Ludwig montou um projeto milionário junto ao rio Jari, numa área de 3,6 milhões de hectares para produção de celulose com espécies de outras regiões, e agropecuária. A floresta resistiu e novamente um fungo foi responsável pelo fracasso de 22 empresas envolvidas no projeto. Em 1975, a Volkswagen desmatou 55.000 hectares usando bombas de napalm e desfolhantes químicos. Teve grandes prejuízos e abandonou o projeto. A natureza amazônica resistiu e resiste incansavelmente. A prepotência humana teve que curvar-se e humilhar-se muitas vezes à grandeza e à força do bioma amazônico. Contudo hoje os ataques são mais graves, porque os ataques são muitos, simultâneos, de muitas frentes e com grandes tecnologias. São megaprojetos de mineração, energia, petróleo, agricultura, pecuária, madeireiras, infraestrutura, como hidrovias, rodovias, ferrovias e portos. São projetos de governos e de grandes conglomerados econômicos e de diversos países.

Trata-se a Amazônia como se fosse o celeiro do mundo, onde se pode retirar ou produzir o que quiser. Isso não é verdade. A Amazônia é um bioma frágil que tem seus próprios mecanismos internos de sobrevivência e resistência. Outros consideram ainda a Amazônia como o pulmão do mundo, como se fosse uma grande fábrica de oxigênio. Na verdade, a floresta é um grande equilíbrio dinâmico, no qual tudo é aproveitado e continuamente reciclado. O

oxigênio que ela produz, ela mesmo consome. Mas ela funciona como um grande filtro que absorve dióxido de carbono, o principal gás do efeito estufa, um dos fatores responsáveis pelo aquecimento global e das mudanças climáticas. Caso a floresta seja derrubada, seriam liberados para a atmosfera cerca de 50 bilhões de toneladas de carbono por ano, que a floresta em pé mantém sequestrados. A derrubada provocaria uma dizimação em massa. Outro fator é que a floresta é importante para o equilíbrio da umidade e das chuvas, que sustentam a própria floresta. A floresta sustenta a chuva e a chuva sustenta a floresta. Além disso exporta umidade, via aérea, para outros biomas.

Vigoram hoje na Amazônia dois modelos de desenvolvimento. Um é predatório, da extração de madeira, da mineração, do petróleo e energia, da pecuária, do monocultivo, que tem como consequências o desmatamento (20% da floresta já está desmatada), concentração de renda, trabalho escravo, envenenamentos do solo e das águas, diminuição das chuvas (nas áreas desmatadas a estação seca se

prolonga num ritmo de seis dias a cada dez anos), conflitos de ocupação com a expulsão dos povos da floresta, desrespeito às leis, morte de lideranças, ambientalistas e agentes de pastoral. O outro modelo é o socioambiental, ecológico, direcionado aos povos da floresta. Tem como consequência a redistribuição de renda, a preservação da floresta e da biodiversidade, a socialização da terra e dos recursos, a distribuição de renda, a preservação de populações tradicionais, a fixação do “homem” na floresta, e um mercado promissor de frutas, cocos, artesanatos, polpas, fitoterápicos, óleos, castanhas, ecoturismo, entre outros. Este modelo deve ser fortalecido pelos nossos projetos pastorais. Ainda é um desafio estudar e conhecer toda a biodiversidade e o bioma amazônico. Bem dizia Chico Mendes, o mártir por defender a floresta, assassinado em 22 de dezembro de 1988: “a floresta em pé é mais produtiva do que a floresta tombada”. Ou, como diziam os seringueiros da Amazônia, e tantas vezes repetiu a Ir. Dorothy Stang, também mártir, assassinada em 12 de fevereiro de 2005 por defender os povos da floresta: “a morte da floresta é o fim da nossa vida”.

Para o modelo predatório, a Amazônia tem tudo o que o mercado precisa para manter um crescimento linear e constante, e tudo em abundância: biodiversidade, terras, água, floresta, petróleo, madeira, minérios, fontes de energia, que são de fácil acesso. E é assim que ouvimos falar da Amazônia como a última fronteira do agronegócio e da mineração. Essa economia predatória não poupa nem as pessoas. Tráfico de pessoas, exploração de mão de obra infantil, exploração sexual, são comuns na Amazônia. A economia transforma em mercadoria não apenas os corpos, mas explora e manipula sentimentos, sonhos, desejos, e a confiança das pessoas, seduzidas por falsas e enganosas promessas. Aqui, Vossa Eminência Cardeal Baldisseri, eu abro um



Dom Evaristo Spengler

parêntesis para dizer que trago um apelo de parte da Igreja da Amazônia, que junto com diversas organizações da sociedade civil organizada atuam na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Eles solicitam ao Sínodo para a Amazônia um olhar especial e misericordioso para a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo nas áreas dos grandes projetos econômicos presentes na região.

A Amazônia não precisa ser conquistada, nem desbravada, precisa ser respeitada. O sistema amazônico não funciona nos moldes de competição, funciona nos moldes de cooperação, como todo o sistema Terra. A questão não está em conquistar a Amazônia, mas em conviver com a Amazônia. A política deveria estar a serviço da boa convivência social e da boa convencia ambiental, mas ela prefere estar a serviço da economia. Podemos aprender das populações tradicionais da Amazônia. Há vestígios de presença humana na Amazônia há pelo menos 12.000 anos. Populações tradicionais desenvolveram grandes e complexas sociedades. Em períodos mais recentes chegaram outros habitantes, que também foram acolhidos pela floresta. Os povos da floresta não são ingênuos nem ignorantes. Como seres humanos eles interagiram com o seu meio. Têm uma sabedoria, uma cultura, convivem com a floresta, interferem na floresta, vivem da floresta e das águas. Povos tradicionais e floresta se condicionam mutuamente, criaram relações e desenvolveram uma florestania, numa teia intrincada de reciprocidade, intercâmbio e cumplicidade. Isso também é política, ou melhor, eco-política, eco-logia e eco-nomia. Eco do grego oikos lar, casa, como insiste o Papa Francisco, “nossa casa comum”. Os povos da floresta, a veem como algo vivo, um sujeito, parte da comunidade

que deve ser respeitada. Ao contrário, a Cultura Ocidental Moderna, vê na floresta e no imenso território apenas um objeto, algo a ser conquistado, manipulado, transformado em matéria prima para ser explorada, negociada, consumida, usada e descartada.

Já não podemos confiar na política vigente. Ela é submissa e serviçal ao grande capital e aos megaprojetos para a Amazônia. Faz isso sem ética e sem escrúpulos. Já não podemos confiar na economia de mercado. Ela é insaciável e transforma tudo em mercadoria. Talvez tenhamos que ouvir mais a ciência, porque hoje são os cientistas que nos advertem sobre os riscos que corremos, inclusive de autodestruição, em consequência desse modelo de uma economia predatória.

Mas antes dos cientistas, pela fé, cada cristão é convidado a assumir a defesa da casa comum, porque reconhece tudo como criatura de Deus. Há oito séculos São Francisco de Assis cantava louvores a Deus, sentindo-se irmão de toda natureza criada. Louva a Deus pela Terra, “Irmã e Mãe, que nos sustenta e governa”. Essa percepção está em profunda comunhão com a cosmovisão de povos originários da América, que chamam a terra de “Pachamama”, a grande mãe.

As florestas são um fator importante na terra, para o equilíbrio dos climas, temperatura e das condições favoráveis à vida, entre elas a vida humana. As florestas refrescam a terra. Os cientistas dizem que a Terra precisa conservar pelo menos 50% de suas florestas nativas para manter o clima e o ambiente favorável à vida humana. As florestas estão ameaçadas. Hoje só restam preservadas 22% das florestas; menos da metade do que o postulado como necessário. A Amazônia representa 1\3 de todas as florestas que ainda existem. Daí a importância da Amazônia. É urgente respeitá-la, preservá-la e cuidá-la.

## Conclusão: a utopia vencerá

A compreensão da Terra como Casa Comum deveria oferecer a base para políticas globais de controle do aquecimento global, das mudanças climáticas, da preservação das florestas, do cuidado da casa comum e o limite para a economia de mercado. Tenho suspeitas de que nem os economistas globais, nem os políticos nacionais serão capazes de fazer isso. Mas tenho certeza que os povos da floresta, os povos originários, com a proposta do “bem-viver” e as comunidades dos discípulos de Jesus, com a proposta do Reino de Deus, junto com outros aliados que sabem que a Amazônia é criação de Deus, serão capazes. Isso pode parecer um sonho, mas são os sonhos que alimentam as utopias. Nós sonhamos com a utopia do Reino anunciado por Jesus. Como diz uma canção de nossas Comunidades:

“Sonho que se sonha só, pode ser pura ilusão.

Sonho que se sonha juntos, é sinal de solução.

Então, vamos sonhar, companheiros, sonhar ligeiro, sonhar em mutirão”.

Paz e Bem! Obrigado!

## Referências Bibliográficas

- Francisco, Papa. Carta Encíclica Laudato Si, sobre o cuidado da casa comum. São Paulo, Paulus, 2015.
- Boff, Leonardo. A Grande Transformação, na economia, na política e na ecologia. Petrópolis, Vozes, 2013.
- Boff, Leonardo. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres. Rio de Janeiro, Sextante, 2004.
- Pillon, José Joaquim. Amazônia, último paraíso terrestre. Rondônia, 2002.
- Pantoja, Carlos Augusto. Carta sobre Créditos de Carbono. Belém, 6 de novembro de 2018, inédito.
- Lovelock, James. A vingança de Gaia. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2006.
- Nobre, Carlos; A Amazônia se aproxima do ponto de ruptura, entrevista, 2019; (<https://www.nationalgeographicbrasil.com/entrevista/2019/01/entrevista-carlos-nobre-clima-amazonia-bolsonaro-governo>)
- Moreira, Alberto da Silva; O tráfico humano e seu enfrentamento, um desafio radical às igrejas e ao cristianismo; in: Refúgio, Migrações e Cidadania, Caderno de Debates 11, IMDH, UNHCR ACNUR, 2016



Exposição realizada no Seminário Pré-Sinodal – Roma, 25 a 27 de fevereiro de 2019.



# MINISTÉRIO PÚBLICO E QUESTÕES INDÍGENAS

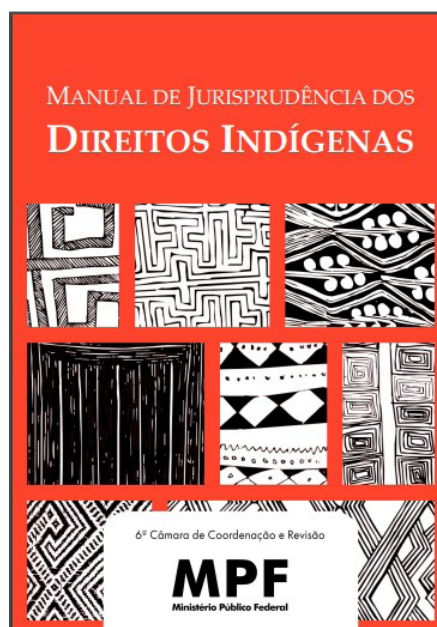
O procurador federal Felício Pontes Júnior sustentou que as populações mais caras à Igreja, à REPAM e ao Ministério Público, como indígenas, ribeirinhos, trabalhadores rurais, populações tradicionais em geral, seringueiros e apanhadores de açaí, foram atingidas com a série de transformações geradas com o primeiro ato do governo de Jair Bolsonaro.



Procurador Felício Pontes Jr, ao centro | Foto: Luiz Lopes Jr|REPAM-Brasil

“Uma dessas medidas do Governo Federal era a reformulação da Funai: eles tiraram a Funai do Ministério da Justiça e a “esquartejaram”. Colocaram uma parte para um lado, uma parte para o outro e, aquilo que nos é mais caro dentro da Funai é o que eu chamaria de direito alicerce dos povos indígenas, o direito à terra. Ele sustenta todos os demais direitos em relação aos povos indígenas. Eles estão acostumados a dizer que a terra é mãe”, criticou Felício.

Como resposta ao ato governamental, também denunciada como “violação a uma Política de Estado”, considerando a demarcação à cargo dos ruralistas no Ministério da Agricultura, Felício apresentou o “Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígenas”, que deve ser lançado nas próximas semanas pelo Ministério Público Federal. O livro apresenta uma série de decisões de diferentes instâncias do Poder Judiciário e também internacionais favoráveis aos povos indígenas frente às violações de seus direitos constitucionais.



# CONJUNTURA HISTÓRICA ATUAL

Além da perda de direitos no Brasil, em toda a América Latina e na África, apresenta-se a narrativa histórica que aponta para um período apocalítico. Neste sentido, parte da grande discussão e da linha de reconfiguração de poderes analisados por Moema diz respeito à “disputa pelo sagrado e uma manipulação das imagens de Deus a favor de determinadas políticas, que são políticas em geral antidemocráticas”, em uma “negação que muitas vezes se vale de um discurso justificado na defesa de valores cristãos e uma disputa de gestão do sagrado como a gente não tinha visto ainda desde a cristandade”.

Moema Miranda fez uma exposição conjuntural sobre o “momento da história do mundo em que nós estamos”, no qual um conjunto de direitos “conquistados através de lutas de formas de organização e disputa de diversos povos começam a ser sistematicamente violados”.

A assessora da REPAM-Brasil também comentou sobre o “tempo da escassez programada” no qual a humanidade está inserida e ainda a reconfiguração da política norte-americana para o hemisfério sul, por conta da Eurásia cada vez mais forte.

É neste ponto que o Brasil se insere, conforme documento do Exército norte-americano que aponta o Brasil como um parceiro essencial na garantia de uma segurança na região. “Quando os generais falam de soberania, falam em relação à Igreja, mas não falam em soberania em relação ao Exército Americano”, destacou Moema.

No contexto religioso, há a disputa pela Teologia da Prosperidade: “o que está em jogo não é mais se você é católico ou se você é protestante. Mas se você é neopentecostal ou não, porque o neopentecostalismo cria uma conexão direta com a lógica da prosperidade e, portanto, da assimilação, da aceitação, na inclusão individual na economia de mercado, que faz uma ruptura por completo do que é a lógica da Igreja. Não é à toa que o papa Francisco é o grande demônio do capital”, afirmou.



A antropóloga Moema Miranda é assessora da REPAM-Brasil | Foto: Luiz Lopes Jr/REPAM-Brasil

# ARQUITETURA DOS CRIMES AMBIENTAIS

Padre Dário Bossi, que faz parte da Rede Igrejas e Mineração, apresentou uma compreensão da lógica política de gestão dos territórios a partir do crime ambiental da Vale, em Brumadinho. Falando em “arquitetura do crime”, o religioso comboniano expôs sobre o que está por traz de um controle dos territórios “em função do saque”.

Na disputa de ideias, o papa Francisco denuncia que “esta economia mata”. De outro, as grandes empresas dizem que “o modelo é sustentável e nos garante desenvolvimento, progresso, as tecnologias dão segurança e retorno à sociedade”. No meio disso, há quem fica em cima do muro, observa o padre, colocando a Igreja também como passível a estar nesta condição.

“Brumadinho três anos depois de Mariana, mostra quem tem razão”, aponta padre Dário, que também citou o sistema de mitos levados à sociedade por meio das propagandas da Vale, por exemplo. “Esse sistema de mitos desmoronou, mas também tem se reconstruído”.

A arquitetura dos crimes ambientais se mantém de pé e é capaz de ser reconstruída em tão pouco tempo a partir de duas colunas, segundo Dário. A primeira é a aliança entre as empresas e os Estados, o capital e o poder político. A segunda é o controle do mercado.

Neste segundo elemento, padre Dário contou que há uma relação ente o período



que os minérios têm maior valor e as quedas de barragens. Uma pesquisa identificou que a frequência das quedas de barragens ocorre entre 25 e 29 meses depois do boom das commodities. Outra indicação relacionada ao domínio do mercado é o cálculo das conveniências.

“Em Carajás, um dos problemas é o atropelamento pelos trens de animais e pessoas. Nos últimos 15 anos foram mais de 40 pessoas mortas. A Vale tem estudos que calculam os riscos, os gastos indenizações e os custos de imagem”, revelou.

São outras ameaças ao meio ambiente no contexto atual, segundo padre Dário a ampliação dos limites de extração mineral e a ampliação de fronteiras dos locais de prática mineradora, como as regiões de fronteira e as terras indígenas, estas últimas com 25% já prospectadas por empresas que aguardam a liberação para adquiri-las.



## Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral

A 3ª Edição do Papo em Rede ocorreu no dia 22 de março de 2019.

O diferencial dessa apresentação do Papo em Rede foi a presença dos comunicadores e comunicadoras da Amazônia, que inclusive dois deles foram os facilitadores do tema do Sínodo para a Amazônia, com enfoque em suas realidades locais: violência no campo, em Mato Grosso, e desmatamento, no Acre.

# 22/03/2019

### Contexto

O Sínodo para a Amazônia, convocado pelo Papa Francisco para outubro de 2019, é o grande momento para a Igreja refletir sobre sua colaboração na defesa dos povos da cidade e da floresta. Será um marco para a Igreja Católica Apostólica Romana, para além do Vaticano e da própria Amazônia.

Aos comunicadores da região, basta estarem atentos aos sinais proféticos desse momento singular do corpo de Cristo, e colaborarem na construção de processos tenham o rosto e a voz dos povos que são e fazem a Amazônia.

A terceira edição do Papo em Rede também contou com a fala dos participantes do Seminário Nacional de Fé e Política do CEFEP e dos comunicadores da Amazônia que estavam em Brasília para o encontro promovido pela REPAM-Brasil. Foram muitas falas, nas quais, haviam uma relatos de histórias de violência, desrespeito com os povos, mas também, muita esperança com a convocação e realização do Sínodo para a Amazônia.



### Expositores

Sidete Strappazon, gerente administrativa da Fundação Rádio e TV Educativa de Juína/MT e apresentadora do programa religioso junto à Rádio FM Maria de Nazaré e TV Nazaré.

Paulo Santiago, jornalista graduado pela Universidade Federal do Acre (Ufac), especialista em Filosofia dos Direitos Humanos pela Faculdade Diocesana São José (Fadisi), empreendedor social na Agência Arawá de Comunicação e membro dos grupos de trabalho Teias da Comunicação da Pastoral da Juventude Nacional e Comunicação da REPAM-Brasil.

# O SÍNODO QUE INCOMODA

ARTIGO | Dom Sérgio Eduardo Castriani  
Arcebispo de Manaus/AM

**F**iquei surpreso ao saber que a Igreja Católica em Manaus está sob suspeita de estar preparando uma ofensiva contra o governo no Sínodo que vai acontecer em outubro. Ao que tudo indica, as reuniões preparatórias que aconteceram na nossa cidade foram monitoradas pelos órgãos de informação. A minha primeira reação foi de estranheza pois nada fizemos de secreto. Centenas de textos de trabalho foram distribuídas. O que levou a esta suspeita? Tudo indica que é o medo de críticas e de oposição. Além disto, atribuir a preparação do Sínodo a uma orientação política da Igreja Católica mostra que a Igreja é pouco compreendida. Faço parte da Comissão da Amazônia da CNBB que foi constituída para fazer com que a Igreja no Brasil se solidarizasse com a Igreja na Amazônia, ao mesmo tempo, sendo desta região no conjunto da Igreja. Sei quanto este Sínodo está sendo um sinal de esperança para o nosso povo, sobretudo aqueles que nunca são ouvidos. Vi e testemunhei o encontro de bispos com ribeirinhos e comunidades indígenas. Assisti a reuniões de jovens que puderam se expressar livremente sobre temas antes vistos como tabus em

rodas de conversa e escutas que se multiplicaram por todo o território panamazônico.

A preocupação de todos é a evangelização e a maior demanda é que se pensa na Eucaristia que não pode ser celebrada por falta de ministros. São preocupações que vem de longe. A estas se juntam à preocupação com a Casa Comum, numa Ecologia Integral. E neste aspecto os povos originários tem muito a nos ensinar. Também os ribeirinhos adquiriram a arte de viver e conviver na floresta. Os melhores projetos de desenvolvimento sustentável são os que aliam conhecimento científico e sabedoria popular. O Sínodo da Amazônia já é um evento bem-sucedido porque já provocou um grande mutirão de participação nas reflexões nunca visto em Sínodos anteriores. É o Povo de Deus que caminha na história e que quer ser ouvido em questões que são vitais para a humanidade.

Questiona-se a competência da Igreja para tratar destes assuntos. Ela está presente na Amazônia desde o início da sua ocupação pelos europeus. Tem um conhecimento da realidade que vem da convivência dos seus ministros com o povo.



Os bispos que participarão da Sínodo são pastores atentos à vida do rebanho e agem sem segundas intenções quando defendem seus direitos e denunciam a violação dos mesmos. Os missionários estiveram entre os primeiros a descrever a região e seus habitantes. A Igreja encara com seriedade a sua missão e sempre procurou o melhor para os seus fiéis. Não jogamos para a plateia e nem visamos o dinheiro fácil e abundante que sempre atraíram os olhares cobiçosos para esta região, fonte inesgotável de riquezas.

Nos meus quarenta anos de convivência com os povos da floresta, aprendi mais que ensinei. Aprendi a respeitar a natureza. Não se brinca com ela. As consequências da destruição do meio ambiente são trágicas. Não é só a religião que afirma isto, mas também a ciência. Falar disto não é um atentado contra a soberania nacional, mas é colocar nossa pátria na vanguarda da defesa da vida no planeta.

ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL EM  
TEMPO | 17.2.2019

# DADOS DAS ESCUTAS SINODAIS

Antes da fala dos facilitadores, Arlete Gomes, analista de projetos da REPAM-Brasil, apresentou os informes técnicos sobre o processo de escuta feito por ocasião do Sínodo para a Amazônia. Ela destacou as modalidades de escuta que foram fóruns temáticos, fóruns nacionais, assembleias e rodas de conversas, sendo esta última a que conseguiu alcançar o maior número de pessoas de regiões de difícil acesso.



**16** fóruns temáticos,  
**13** fóruns nacionais,  
**56** assembleias  
**177** rodas de conversas



**89 mil** participantes no processo de escuta sinodal: diversos grupos de pessoas, coletivos, movimentos sociais e organizações, com a presença de

**172 etnias indígenas**  
e de **89% dos bispos**  
da Pan-Amazônia.

**262** questionários respondidos, sendo  
**181** apenas do Brasil

# VIOLÊNCIA NO CAMPO

APRESENTAÇÃO | Sidete Strappazon e Willian Ribeiro

Povos indígenas. Estamos localizados dentro da Amazônia legal, e só na Diocese de Juína temos a presença de 9 etnias. Desde o processo de desbravamento da região noroeste de Mato Grosso, essas comunidades nunca foram ouvidas e foram “empurradas” para territórios aquém do seu território tradicional. Cercando as aldeias por grandes fazendas que cortam as terras indígenas e que vetam esses povos no seu direito de caça e pesca. Se observarmos a história dos Cinta-Largas e/ou os Rikbtsa por exemplo, estes eram povos que não habitavam uma área determinada, sendo nômades naquele território, e que agora se encontram cercados dentro de uma área que só foi alcançada a partir de muitas lutas, e assim ter esta demarcação. E nessas lutas surgem grandes nomes, como Padre Balduino, que lutou para que esses povos possuíssem o mínimo dessas áreas tradicionais para que eles pudessem sobreviver. Porém, ainda hoje há conflitos de indígenas e fazendeiros em diversos aspectos, como o de poder ter acesso a propriedade para pegar uma caça, ou até mesmo pescar nos rios que cortam esses territórios. E se só isto não fosse o suficiente, ainda existe o agronegócio, que é um fator de violência contra os povos indígenas, mas também contra os

ribeirinhos, e comunidades rurais. Pois com o lançamento desenfreado de agrotóxicos, esses povos mais próximos dessas propriedades são ferozmente prejudicados com o envenenamento dos rios e de suas plantações, além da morte da fauna e flora tradicional daquele território, e isso se reflete fortemente na vida dos povos indígenas que já encontram escassez de peixes em alguns rios que antes eram tidos como piscosos.

Trazendo o olhar para o campo, o primeiro destaque é para a violência contra a mulher. Que em quase sua totalidade é negada em todos os seus extremos. Porque na cidade, há a facilidade de denuncia seja por aquela que foi violentada, quanto por aqueles que presenciaram tal situação. Porém no campo, muitas são silenciadas e até mesmo escondida as marcas para que não haja a denúncia de fato. Um exemplo prático disto, é observar que, na grande maioria dos casos, as mulheres que são violentadas, dependem de seu marido para ir até a cidade, onde está uma delegacia. Mas, como esta vai com o marido a delegacia para o denunciar?

O padrão de violência contra os trabalhadores rurais que se mantém até os dias atuais é revelador de como a questão agrária nunca esteve





perto de uma solução. Padrão que se repete ao longo da história, assegurando o pacto entre capital/estado e latifúndio combinando várias formas de repressão contra os trabalhadores que estão em luta por Reforma Agrária, pelo direito de reconhecimento de territórios, para manter suas formas tradicionais de reprodução social, para resistir à migração forçada ou simplesmente por serem “pessoas do lugar”; destaca-se aí o massacre de Pau D’arco/PA (2017) onde a atuação das polícias civil e militar se deu em conjunto, desde o planejamento até a execução, com o fazendeiro e seus jagunços.

Os indicadores de violência no campo pós golpe, apontam aumento expressivo, principalmente ligados a conflitos resultantes da pressão sobre os territórios, especialmente, assentamentos de reforma agrária, áreas quilombolas, comunidades indígenas, áreas de pequenos produtores, faxinais, entre outras. Ou seja, é precisamente o modelo do agronegócio, da mineração e do hidronegócio, que tem gerado um rastro de conflitos no interior do país, causando um significativo aumento da violência. No ano de 2017, segundo a Comissão Pastoral da Terra, foram cometidos 71 assassinatos no campo.

No Distrito de Taquaruçu do Norte, na área do assentamento Guariba, município de Colniza, nove posseiros foram assassinados por quatro pistoleiros, contratados por um empresário madeireiro. Os pistoleiros encapuzados chegaram à comunidade, invadiram barracos e mataram as nove pessoas com tiros de armas calibre 12 e golpes de facão. Algumas das vítimas foram mortas enquanto trabalhavam na terra. Algumas foram torturadas, pois os corpos estavam amarrados. Dois foram degolados.

No dia 05 de janeiro de 2019, mais uma tentativa de massacre no campo foi registrada em Colniza. Desta vez, um trabalhador assassinado, nove feridos, sendo três

gravemente. Os trabalhadores eram ligados à Associação Gleba União, município de Colniza e ao movimento de luta por terra 13 de Outubro. Os casos são alarmantes e corriqueiros, uma vez que a impunidade fala mais alto e encoberta os mandantes desses massacres.

Outro fator preponderante de violência ao povo de nossa região é as estradas, ou a falta delas. Conhecemos casos como o do senhor “Pinheiro” que foi picado por uma cobra, tomou o específico, passou umas gotas de óleo natural, e um mês depois, sente tontura e viaja de moto 250 km Amazônia adentro à procura de um médico. Ou então a vida de seu João que precisa viajar 1.000 km, destes 500 km de estrada de chão para fazer procedimento de hemodiálise. Ou ainda, os caminhoneiros que em trechos que são feitos em 6 horas na seca, gastam mais de 24 horas para fazer o mesmo percurso no tempo da chuva, isso quando não atolam e ali permanecem até o socorro chegar.

Muito sofrimento assola a nossa humanidade. Muita dor alheia que carece de sensibilidade e só recebe indiferença.

Esperamos que o Sínodo desperte em toda a igreja o olhar piedoso a todos estes povos que sofrem o que relatamos. Que a presença ativa ajude na intermediação entre os mais atingidos e o Poder Público. O Sínodo já iniciou em nossa região. O Bispo Dom Neri José articulou junto aos prefeitos e vereadores dos 7 municípios, e também representantes de Sindicatos e associações que também se beneficiam da BR-174, uma frente parlamentar que reivindica a pavimentação de tal estrada. Após isto, os indígenas também foram ouvidos, e observando que esta obra também os beneficiaria a aceitaram, e a partir disto iniciou o estudo do componente indígena, onde o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre) liberou mais de 20 milhões de reais ao Governo de Mato Grosso, para garantir o plano básico ambiental indígena.



Sidete Strappazzon | Foto: Luiz Lopess Jr/REPAM-Brasil

# A COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA, A IGREJA E A ECOLOGIA INTEGRAL

APRESENTAÇÃO | PAULO SANTIAGO

O homem e a mulher da Amazônia se comunicam e absorvem informações como em qualquer outra região do país, mas há no amazônica uma especificidade, tendo em vista que este constrói poucos processos comunicacionais referentes à sua identidade. Isso não acontece porque o queira, mas o sistema capitalista comunicacional o faz ser mero reprodutor dos modelos de comunicação do Sul e Sudeste.

O modelo de comunicação vigente na Amazônia não permite que seus moradores consumam informações e notícias de seu interesse, mas sejam replicadores de pautas que interessam às empresas e às

comunidades de fora da região. Esse sistema influencia na formação integral dos cidadãos dos estados que pertencem à Amazônia Legal.

Se os acreanos, rondonienses, roraimenses, amazonenses, paraenses, amapaenses, tocantinenses, maranhenses, mato-grossenses só ouvem e veem notícias de fora, como estarão atentos às pautas locais? Se eles reproduzem narrativas e modelos que os conglomerados de mídia do Sul e Sudeste impõem como “padrão”, como os comunicadores da Amazônia exercitarão seus potenciais para criarem novas configurações comunicacionais? Esta não é uma pauta que interessa aos donos dessas empresas, por



isso necessita ser debatida pelos estudantes e profissionais da área.

Os projetos desenvolvimentistas apresentados aos estados da Amazônia por grandes empresas madeireiras, eletricitárias, petrolíferas, ferroviárias, mineradoras e afins, pouco ou nada ouvem se a população da região compactua com seus interesses e se esses projetos beneficiarão a população residente.

Logo, não basta aos comunicadores e à população compreenderem o sistema comunicacional na Amazônia, mas é necessário que criem alternativas. A Igreja Católica, histórica defensora da vida e da dignidade humana em todas as suas fases, é potencial parceira para possibilitar reflexões e espaços que priorem uma comunicação voltada à ecologia integral. Esta passa pela conscientização do homem do seu papel fundamental para a manutenção do bioma amazônico e, logo, da vida humana.

Claro que a Igreja também precisa refletir seu próprio comportamento frente às causas ambientais, e isso não vale apenas para as igrejas particulares da Amazônia, mas de todo o Brasil. A conscientização de sacerdotes, religiosas e religiosos, leigos e leigas sobre as causas em defesa da Amazônia é um movimento essencial para que ela permaneça em pé.

O Sínodo para a Amazônia, convocado pelo papa Francisco, é o grande momento para a Igreja refletir sobre sua colaboração na defesa dos povos da cidade e da floresta. Será um marco para a Igreja Católica Apostólica Romana, para além do Vaticano e da própria Amazônia.

Aos comunicadores da região, basta estarem atentos aos sinais proféticos desse momento singular do corpo de Cristo, e colaborarem na construção de processos tenham o rosto e a voz dos povos que são e fazem a Amazônia.

